



**Fredie Didier Jr.
Rafael Alexandria de Oliveira**

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

**6.^a edição
Revista e atualizada**



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: PVictor Editoração Eletrônica (pvictoredit@gmail.com)

D556b Didier Jr., Fredie

Benefício da justiça gratuita: de acordo com o novo CPC / Fredie Didier Jr., Rafael Alexandria de Oliveira – 6. ed. rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

112 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-0787-1.

1. Direito processual. 2. Direito processual civil. I. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

54116

Sumário

Capítulo 1

Noções iniciais	19
1. As garantias constitucionais do acesso à justiça e da assistência jurídica integral.....	19
2. Benefício da justiça gratuita: conceito e objetivo.....	21
3. Responsabilidades provisória e definitiva pelo custeio do processo.....	21
4. Benefício da justiça gratuita e responsabilidade provisória	22
5. Benefício da justiça gratuita, assistência judiciária e assistência jurídica: distinção.....	23
6. A derrogação da Lei 1.060/1950	25

Capítulo 2

O objeto do benefício	27
1. Abrangência: rol exemplificativo (art. 98, §1º, CPC)	27
1.1. Taxas ou custas judiciais (inc. I).....	28
1.2. Despesas com postagem (inc. II)	30
1.3. Despesas com publicação na imprensa oficial (inc. III)	31
1.4. Indenização de testemunha (inc. IV)	31
1.5. Exames periciais (inc. V)	31
1.6. Honorários periciais (inc. VI).....	32
1.7. Honorários do advogado (inc. VI)	33
1.8. Intérprete, tradutor e contador (incs. VI e VII)	40

1.9.	Depósitos judiciais (inc. VIII)	40
1.10.	Emolumentos (inc. IX)	41
2.	Utilização de recursos públicos para despesas com perícia (art. 95, §3º, CPC).....	44
3.	Depósitos judiciais não abrangidos pela gratuidade (art. 98, §1º, VIII, CPC)	46
3.1.	Caução para o cumprimento provisório (art. 520, IV)	46
3.2.	Caução para concessão de tutela de urgência (art. 300, §1º).....	48
3.3.	Depósito de despesas e honorários para repropósito de processo extinto sem resolução de mérito (art. 92, CPC)	50
4.	Multas: exclusão do âmbito do benefício (art. 98, §4º, CPC)	51
5.	Renúncia ao benefício	52

Capítulo 3

Modulação do benefício (art. 98, §§ 5º e 6º, CPC).....	53
--	----

Capítulo 4

O sujeito beneficiado	57
1. Quem pode ser beneficiário (art. 98, <i>caput</i> , CPC).....	57
2. Pressuposto para ser beneficiário: insuficiência de recursos (art. 98, <i>caput</i> , CPC)	60
3. Pessoaalidade do benefício (art. 99, §6º; art. 10, Lei 1.060/1950).....	62

Capítulo 5

Procedimento.....	65
1. Postulação	65
1.1. Momento e forma (art. 99, <i>caput</i> e § 1º, CPC)	65

1.2.	Presunção de veracidade da afirmação de carência (art. 99, §3º, CPC).....	67
1.3.	Necessidade de outorga de poder especial ao procurador (art. 105, <i>caput</i> , CPC).	70
2.	Deliberação judicial (art. 99, §2º, CPC; art. 5º, <i>caput</i> , Lei 1.060/1950)	71
2.1.	O magistrado deve decidir na primeira oportunidade.....	71
2.2.	Omissão judicial sobre o requerimento.....	73
2.3.	Dilação probatória.....	74
3.	Gratuidade em grau recursal (art. 99, §7º, CPC)	74
3.1.	Espécie de requerimento posterior	74
3.2.	Gratuidade em grau recursal: um caso específico (art. 99, §5º, CPC).	77
4.	Impugnação ao benefício concedido	79
4.1.	Momento e forma (art. 100, <i>caput</i> , CPC)	79
4.2.	Impugnação posterior (art. 100, <i>caput</i> , segunda parte, CPC)	81
4.3.	Impugnação da extensão do benefício às despesas extrajudiciais (art. 98, §8º, CPC)	81
4.4.	Ônus da prova	85
5.	Revogação da gratuidade por provocação ou de ofício: consequências (art. 100, p. único, CPC; art. 8º, Lei 1.060/1950)	86
6.	Possibilidade de o juiz decidir pela modulação do benefício em lugar da revogação	89
7.	Sistema recursal.....	90
7.1.	Indeferimento, revogação ou modulação do benefício: recurso cabível (art. 101, <i>caput</i> , CPC)	90
7.2.	Efeito suspensivo provisório decorrente de lei (art. 101, §§1º e 2º, CPC)	91
7.3.	Decisão que mantém o benefício impugnado: recurso cabível	92

Capítulo 6

Sanções que podem ser impostas ao ex-beneficiário	93
1. Sanção pelo não recolhimento de valores em caso de revogação do benefício	93
2. Imposição da sanção e trânsito em julgado.....	95
3. Má-fé do beneficiário (art. 100, p. único, CPC)	96

Capítulo 7

Responsabilidade do beneficiário vencido	99
1. Dever de pagar e ressarcir despesas e honorários (art. 98, §2º, CPC)	99
2. A exigibilidade do crédito (art. 98, §3º, CPC)	100
3. O art. 98, §3º, do CPC e a sucumbência recursal do beneficiário.....	102
4. O art. 98, §3º, do CPC e a ação autônoma para cobrança de honorários em face do beneficiário	105
Referências bibliográficas	109